



MARCO LEGAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FEDERAL	ANO	ESTADUAL
Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Lei dos Estrangeiros) Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. (disciplina vistos para estrangeiros em viagem cultural ou em missão de estudos)	1980	
Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências.		
Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990 Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e dá outras providências. (concede isenção de impostos às Instituições Científicas, Tecnológica e de Inovação -ICTs)	1990	
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	1993	
Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.	1994	
Lei nº 9.727, de 14/05/1996 Regula Direitos e Obrigações Relativos à Propriedade Industrial	1996	
Lei nº 9.279, de 15/06/1996 (Lei de Propriedade Industrial) Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.		
Decreto nº 2.553, de 16/04/1998 Regulamenta os arts. 75 e 88 a 93 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.	1998	
Lei nº 9.610, de 04/09/1998 (Lei de Direitos Autorais) Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.	1999	
Decreto nº 3.201, de 06/10/1999 Dispõe sobre a concessão, de ofício, de licença compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público de que trata o art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.		
Lei nº 10.196, de 14/02/2001 Altera e acresce dispositivos à Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.	2001	
Decreto nº 4.533, de 19/12/2002 Dá nova redação aos arts. 1o , 2o , 5o , 9o e 10 o do Decreto nº 3.201, de 6 de outubro de 1999, que dispõe sobre a concessão, de ofício, de licença compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público de que trata o art. 71 da Lei nº 9.279, de 14/05/1996	2002	
Lei nº 10.973, de 02/12/2004 Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.	2004	
Decreto nº 5.563, de 11/10/2005 Regulamenta a Lei nº 10.973, de 02/12/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.	2005	
Lei nº 11.196, de 21/11/2005 Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital.		
Decreto nº 5.798, de 07/06/2006 (Lei do Bem) Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005.	2006	
	2008	Resolução SS nº 26, de 26/02/2008 Institui o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, define diretrizes gerais para o seu funcionamento.
		Resolução SS nº 174, de 18/11/08. Dispõe sobre a designação de Membros e Secretária Executiva para o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.
		Lei Complementar nº 1049, de 19/06/2008 (Lei Paulista de Inovação) Dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo no Estado de São Paulo.
Lei nº 12.091, de 12.091 de 11/11/2009 Acrescenta inciso VII ao § 2o do art. 81 da Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir o nome dos dubladores nos créditos das obras audiovisuais	2009	Decreto nº 53.963, de 21/01/2009 Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual a Política de Gestão do Conhecimento e Inovação e dá providências correlatas.
	2010	Decreto nº 54.690, de 18/08/2009 Regulamenta dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 1.049 de 19/06/2008, que dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico , à engenharia não rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo no Estado de São Paulo
		Decreto nº 56.569, de 22/12/2010 Cria os Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs, no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas do Estado de São Paulo - ICTESPs, das Secretarias de Estado que especifica e dá providências correlatas
Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC	2011	
Decreto nº 7.646, de 21/12/2011 Dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – SUS e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo SUS, e dá outras providências.		Resolução SS nº 45, de 18/05/2011 Altera os Artigos 2º e 3º da Resolução SS-26, de 26/02/2008, que institui o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, e dá outras providências.
Portaria Interministerial, nº 652, de 14/9/2012 Estabelece as prioridades da política industrial e tecnológica nacional, para promover e incentivar o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e em entidades nacionais de direito privado, sem fins lucrativos, voltados para atividades de pesquisa mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento.	2012	Resolução SS nº 63, de 10/05/2012 Institui um Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências
Portaria Interministerial, nº 686, de 2/10/2012 Institui parceria entre os Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovação para cooperação técnica na formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento científicos, tecnológico e de inovação em áreas de interesse da saúde humana, por intermédio da integração da Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde com a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e constitui Comissão Técnica Interministerial		
Portaria MCTI nº 868, de 21/11/2012 Estabelece os requisitos para a aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários nas áreas de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e os procedimentos para o acompanhamento de sua implementação, para efeitos do Decreto nº 7.603, de 09/11/2011	2013	Portaria IP nº 23 de 25/11/13 Designa membros técnicos do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, do Instituto Pasteur
Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012 Dispõe sobre (...) o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico		Portaria IAL nº 23, de 06/12/13 Designa os membros para comporem o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, do Instituto Adolfo Lutz
		Portaria IB, de 10/12/13 Designa membro para exercer a função de Responsável Técnico, no Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT
Decreto nº 8.269, de 25/06/2014 Institui o Programa Nacional de Comissão Gestor do Conhecimento e seu Comitê Gestor	2014	Decreto 60.286 de 25/03/2014 (SPAI) Institui e regulamenta o Sistema Paulista de Ambientes de Inovação - SPAI e dá providências correlatas
Portaria nº 715, de 16/07/2014 Estabelece procedimento de análise dos Formulários para Informações sobre as atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica – FORMP&D, enviados pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais disciplinados pelo Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21/11/2005 (Lei do Bem), regulamentado pelo Decreto nº 5.798, de 07/06/2006.		Portaria SUCEN nº 64, de 15/04/14 Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de adotar os procedimentos necessários junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação para a criação do NIT na SUCEN
Portaria nº 788, de 05/08/2014 Dispõe sobre a criação de Comitês de Auxílio Técnico para auxiliar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em atividade de natureza consultiva relacionadas à política de fomento à inovação tecnológica, disciplinada no Capítulo III da Lei nº 11.196, de 21/11/2005 (Lei do Bem), regulamentada pelo Decreto nº 5.798, de 07/06/2006.	2015	
Emenda Constitucional nº 85, de 27/02/2015 Altera e adiciona dispositivos na constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.		Portaria IAL nº 17, de 08/07/15 Dispõe sobre a nova designação para Membros do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Adolfo Lutz
Lei nº13.123, de 20/05/2015 (Acesso ao Patrimônio Genético) Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16/03/1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23/08/2001; e dá outras providências.		Decreto nº 61.418 de 10/08/2015 (SPAI) Acrescenta Disposição Transitória ao Decreto nº 60.286, de 25 de março de 2014, que instituiu e regulamentou o Sistema Paulista de Ambientes de Inovação - SPAI
Portaria nº 308, de 08/05/2015 Institui a Comissão de Avaliação e Acompanhamento visando aferir a adequação e pertinência de projetos e programas em ciência, tecnologia e inovação.		Decreto nº 61.492 de 17/09/2015 Institui procedimento para apresentação, análise e teste de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública, encaminhadas pela iniciativa privada mediante provocação do Poder Público, e dá providências correlatas
E C nº 85, de 26 de fevereiro de 2015 Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.		Resolução Governamental de 16/10/2015 Designa os indicados para comporem as Comissões de Análise das Soluções Inovadoras
Portaria nº 704, de 11/08/2015 Dá nova redação ao artigo 4º da Portaria nº 577, de 04/06/2014, relativo ao Comitê de Coordenação do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia.	2016	Decreto nº 62.016, de 10/06 /2016 Institui, junto à Secretaria de Governo, o Comitê Gestor do Projeto “São Paulo: Inovação Aberta em Saúde”, integrante do MoU – Memorando de Entendimento - assinado em outubro de 2013, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Reino Unido e dá providências correlatas
Medida Provisória nº 694, de 30/09/2015 (Lei do Bem) Altera a Lei nº 9.249, de 26/12/1995, para dispor sobre o imposto sobre a renda incidente sobre juros de capital próprio, a Lei nº 10.865, de 30/04/2004, e a Lei nº 11.196, de 21/11/2005, para dispor sobre os benefícios fiscais do Regime Especial da Indústria Química e para suspender, no ano-calendário de 2016, os benefícios fiscais de que tratam os arts. 19, 19-A e 26 desta Lei		Resolução de 10/06/16 Designa, nos termos do § 3º do art. 2º do Dec. 62.016, de 10-6-2016, os indicados para comporem o Comitê Gestor do Projeto São Paulo: Inovação Aberta em Saúde.
Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera as legislações relacionadas.	2017	Portaria DG/IAL nº4, de 11/01/2017 Estabelece princípios, diretrizes, orientações e bases normativas Para a Política da Gestão da Propriedade Intelectual do Instituto Adolfo Luitz
Portaria nº 254, de 13 /01/2017 Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia		Portaria HCRP nº44, de 06/03/2017 Cria o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, diretamente subordinado à Superintendência, caracterizado como órgão técnico incumbido de gerir a política de inovação do Hospital.
Instrução Normativa nº 70, de 11/04/2017 Estabelecer o procedimento administrativo de averbação de licenças e cessões de direitos de propriedade industrial e de registro de contratos de transferência de tecnologia e de franquia, na forma da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.		Portaria IP nº 5, de 15/05/2017 Reorganiza a composição do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT—do Instituto Pasteur
Portaria nº 2.544, de 12 /05/2017 Institui o Conselho Consultivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações		Decreto nº 62.597, de 55/05/2017 Reorganiza o Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Portaria nº 3.008, de 1º/06/2017 Estabelece arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica —NIT– e suas respectivas Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais Integrantes		Portaria IP nº 7, de 19/06/2017 Política de Gestão de Propriedade Intelectual do Instituto Pasteur
		Comunicado IP S/N 2017 Política para Gestão de Projetos do Instituto Pasteur Este documento tem a finalidade de estabelecer as diretrizes adotadas pelo Diretor Técnico do Instituto Pasteur para avaliação e gestão de projetos a serem desenvolvidos pelo Instituto Pasteur